

# Trabalhos arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas (ex-Albergue Distrital): notícia preliminar \*

Francisco de Sande Lemos  
José Manuel Freitas Leite

## 1

### Introdução

#### 1.1

A Casa Grande da Rua de Santo António das Travessas era um dos edifícios mais interessantes do Centro Histórico de Braga. Um contributo para a sua história, baseada em pesquisa documental, já foi publicado nesta revista (Vasconcelos 1993).

No mapa de Georg Braun verifica-se que o local, na Baixa Idade Média, era ocupado por diversas casas e que o logradouro da Casa Grande já existia, embora com uma configuração distinta da que teve, posteriormente, nos séculos XIX/XX.

---

\* Este texto desenvolve os principais aspectos de uma conferência proferida no Museu Nogueira da Silva, no âmbito das sessões sobre o estudo de *Bracara Augusta* promovidas pela Biblioteca Pública de Braga. O título da conferência foi "O Livro do Passado: novas páginas sobre *Bracara Augusta* (escavações no novo pólo da BPB)" e teve lugar no dia 30 de Junho de 1998.

Conhecem-se os foreiros da Casa Grande desde 1369, através do 1.º Tombo do Cabido, designando-se então a travessa por Rua da Triparia. Sendo uma zona de judeus, entre 1466/67 e 1496 teve as funções de Sinagoga. Desta ocupação sobreviveu uma breve inscrição em hebraico, gravada numa das pedras de uma porta em arco quebrado do piso térreo <sup>1</sup>.

No já citado texto M. A. J. Vasconcelos (1993, 24-29) faculta uma lista dos subsequentes ocupantes do edifício, desde o século XVI até ao século XX, na generalidade cónegos. A primeira representação da fachada consta do Mapa das Ruas do século XVIII. Constata-se que o imóvel manteve a sua unidade, embora se tivessem realizado, em momentos posteriores, ampliações que o modificaram.

Os seus últimos proprietários <sup>2</sup> venderam o imóvel ao Estado, no ano de 1941, que o utilizou como Albergue entre aquela data e os anos 70.

Património do Estado, foi classificado como Imóvel de Interesse Público por Decreto-Lei de 3 de Março de 1982, devido ao seu valor arquitectónico.

Durante vários anos, após a instalação da Universidade do Minho no antigo Paço Arquiepiscopal <sup>3</sup>, admitia-se que na Casa Grande seria instalado o Museu de D. Diogo de Sousa, propósito que se revelou impossível, devido às limitações estruturais do edifício e falta de espaço <sup>4</sup>.

Apesar do uso como Albergue e de um período de abandono de vários anos <sup>5</sup>, o edifício não sofreu alterações significativas até 1987, quando se deu início às obras de recuperação do imóvel, para sede dos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte. O projecto previa a manutenção da estrutura do edifício com alterações mínimas, mantendo-se a área do logradouro como jardim. Todavia, a sua execução pela DGEMN suscitou dúvidas sobre a qualidade da metodologia, pelo que a Câmara Municipal de Braga embargou a obra e o Director dos Serviços de Arqueologia demitiu-se, considerando que o valor patrimonial da Casa Grande estava a ser afectado <sup>6</sup>. Na situação de impasse, resultante da falta de coordenação, a nível governamental, entre a Secretaria de Estado da Cultura e o Ministério das Obras Públicas, o edifício acabou por ruir e, apenas, foi salva a fachada. Posteriormente, a DGEMN ergueu um tosko em cimento armado, que assim se conservou durante largos anos até à sua integração no projecto da Bibliopolis.

Tanto as obras interiores, como o reforço dos alicerces da fachada, não tiveram qualquer acompanhamento científico, pelo que se perderam, por certo, muitos dados arqueológicos<sup>7</sup>.

## 1.2

O logradouro da Casa Grande da Rua de Santo António das Travessas, ou antigo Albergue Distrital, ocupava uma área de 700 metros quadrados, circundada por um muro limítrofe (e de suporte de terras), que se estendia ao longo das ruas de São Paulo (a sul) e Frei Caetano Brandão (a poente).

Na área do logradouro realizaram-se sucessivas campanhas de trabalhos arqueológicos.

Primeiro, na década de 80, quando se pensou instalar, na Casa Grande e no terreno anexo, o Museu D. Diogo de Sousa<sup>8</sup>.

Retomaram-se os trabalhos arqueológicos, mais tarde, na década de 90 (1992), quando se colocou a hipótese de construir no local o pólo de Braga do núcleo de bibliotecas urbanas, projecto Bibliopolis, que se enquadra no programa mais vasto de colocar ao dispor dos cidadãos uma rede de Leitura Pública.

Esta segunda campanha de sondagens, permitiu verificar que o subsolo do logradouro foi, ao longo dos tempos, muito revolvido, tendo sido dado parecer favorável à construção da biblioteca, embora condicionada à manutenção *in situ* de uma imponente cloaca romana, descoberta no extremo leste do logradouro<sup>9</sup>.

O parecer foi homologado pelo IPPAR. No entanto, uma vez que o programa de bibliotecas públicas, para além da cave, exigia uma garagem, para o funcionamento do sistema de leitura itinerante, foi discutida a possibilidade de se desmontar um pequeno troço da cloaca, mutilação somente aceite, por se considerar o uso cultural do imóvel.

Na sequência da aprovação do projecto pelo IPPAR, realizaram-se extensas escavações, com o intuito de estudar previamente (antes da obra) a maior área possível do logradouro. Nesta terceira fase de trabalhos, durante os anos de 1995 e 1996, viria a ser detectado, no canto sudoeste, um conjunto de

embasamentos de pilares, correspondente a um porticado. Dada a imponência destes embasamentos e o seu interesse para a leitura do urbanismo da cidade romana, foi decidida a sua conservação *in situ*, tendo o projecto da biblioteca sido ligeiramente alterado, de modo a garantir a observação destes pontos cardiais de *Bracara Augusta*.

Após o início das obras (Março de 1997), foram realizadas novas escavações no extremo sul do logradouro, faixa anteriormente não intervencionada por motivos de segurança, bem como num terreno a leste, depois da demolição das ruínas de uma vivenda, cuja área estava integrada no projecto. Houve, também, que acompanhar a demolição do muro que cercava o logradouro, bem como proceder à desmontagem cuidadosa de seis metros de cloaca. Esta última campanha decorreu ao longo de quase todo o ano.

Deste modo, o logradouro do ex-Albergue Distrital é hoje um dos espaços de Braga em que a superfície estudada atingiu maior amplitude (700 m<sup>2</sup>)<sup>10</sup>, depois das Termas do Alto da Cidade (cerca de 2 700 m<sup>2</sup>) e da *Insula* das Carvalheiras (cerca de 1 900 m<sup>2</sup>).

Alguns números são expressivos: ao todo foram mais de trinta e seis meses de trabalho de campo; fizeram-se centenas de desenhos; operaram-se milhares de fotografias ou diapositivos; e recolheram-se dezenas de milhares de fragmentos de espólio, sobretudo cerâmico, tanto romano, como medieval, e, mesmo, da Idade Moderna.

No terreno esteve uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, orientada por Francisco de Sande Lemos, coadjuvado por José Manuel Freitas Leite e que contou, na fase final, com a colaboração de Rute Palmeirão Silva.

A quantidade de informação obtida é de tal amplitude que seria impossível abordar todos os dados neste texto preliminar.

Os resultados adquiridos justificam uma ampla monografia que esperamos possa ser editada o mais brevemente possível, com o apoio da Universidade e do Ministério da Cultura<sup>11</sup>.

Entretanto, avançamos com esta notícia preliminar.

No conjunto, não se pode afirmar que os vestígios exumados fossem monumentais, ou mesmo coerentes. Aliás, um primeiro olhar sobre a planta das estruturas exumadas reflecte um agregado algo confuso de elementos.

De facto, o subsolo do logradouro do Albergue foi uma fonte permanente de abastecimento de pedra já talhada, a que sempre se recorreu, nas Idades Média, Moderna e Contemporânea. Pedra que serviu para erguer casas medievais, ampliar residências da Idade Moderna, construir uma vivenda dos anos 30/40 do século XX, bem como o poderoso muro que circundava o logradouro.

Todavia, a análise cronológica das estruturas e dos estratos, conjugada com os conhecimentos já disponíveis sobre *Bracara Augusta*, permite uma primeira, e provisória, leitura diacrónica e urbanística que reputamos de interesse.

## 2 As principais estruturas registadas

### 2.1

Uma observação atenta da planta das estruturas pré-existentes e das ruínas exumadas permite identificar os seguintes elementos como mais marcantes: o extenso muro que envolvia o logradouro; alicerces de um muro que corre de sul para noroeste em toda a extensão do espaço; vestígios de uma rua; um alinhamento de grandes pedras que corresponde à cobertura de uma cloaca; dois conjuntos de embasamentos de pórticos, um, melhor conservado, a sudoeste e outro a norte; e uma série de alicerces de compartimentos a sudeste.

Vamos analisar, com a devida cautela, o significado de cada um destes elementos e o seu interesse para o conhecimento da evolução do espaço em causa, num percurso regressivo.

Sublinhamos que não se trata de um estudo exaustivo, mas, repetimos, de uma primeira leitura dos resultados, forçosamente limitada, e que a desejável monografia irá ampliar e corrigir.

## 2.2

### O muro limítrofe do logradouro – Idade Contemporânea

O muro que delimitava o logradouro pode ser datado da Idade Contemporânea mais precisamente de 1880, ano em que foi rasgada a Rua Frei Caetano Brandão. Este muro corresponde ao alargamento para poente do logradouro inicial da casa. Tal alargamento fez-se no quadro da renovação urbanística operada no século XIX. Este aspecto pode ser confirmada pela sobreposição dos mapas de 1863 e do final do século. A observação do seu desmonte<sup>12</sup>, permitiu verificar que incorporava pedra e elementos arquitectónicos da época romana, bem como silhares da muralha fernandina. O muro, granítico, foi solidamente implantado na rocha e era constituído por materiais reaproveitados, de duas dimensões: blocos que variavam entre cinquenta centímetros e um metro; e pedra aparelhada tipicamente romana de dimensão comum. Os sedimentos areno-argilosos característicos do subsolo rochoso do logradouro foram aplicados como argamassa.

Deste modo, algumas das fossas abertas em profundidade no subsolo, devem ser relacionadas com a edificação deste poderoso muro que, além de delimitar o logradouro, serviu como estrutura de contenção de terras no seu tramo poente, onde era mais alto.

Este muro que terminava em bico, conforme está representado no mapa de Braga à escala 1:500 do final do século XIX, sofreu um pequeno arranjo, sendo arredondado num momento indeterminado de inícios do século XX<sup>13</sup>.

## 2.3

### O muro limítrofe do logradouro – Idades Média e Moderna

Foi a construção da Cerca dos séculos XIII/XIV que introduziu o primeiro elemento de mudança numa topografia mais antiga, com a rua designada Verde a alargar-se para sudoeste, orientada à Porta de São Sebastião, pormenor assinalado no mapa de Braun. Terá sido por esta época que se arrasaram construções medievais e se abriu uma profunda cova, onde se encontraram misturados os mais diversos elementos (pedra aparelhada,

grandes quantidades de cerâmica, dentes de javali e, mesmo, curiosamente, um selo em chumbo do papa Bonifácio IX).

Do muro limítrofe do logradouro da Baixa Idade Média, que está representada no mapa de Georg Braun conservaram-se os alicerces e algumas fiadas, correspondentes ao grande eixo sul/noroeste que se observa na planta da área escavada. Este muro assentou sobre as ruínas do antigo pórtico romano cujo alinhamento respeitou. A comprovar que este muro é o representado no mapa de Georg Braun basta verificar a distância entre o limite poente do logradouro e a fachada traseira da Casa Grande, conforme ficou registado nas medições dos séculos XVI/XVII/XVIII (14 varas) obtidas no meio do “quintal cerrado” (Vasconcelos 1993). O valor medido nas plantas actuais é de cerca de quinze metros. (Cada vara equivale a 1,10 m).

## 2.4

### Estruturas romanas

#### 2.4.1

##### A cloaca

Talvez, devido à circunstância de ainda permanecer em uso (até 1998) e de estar enterrada no substrato rochoso, foi o vestígio que melhor se conservou. Esta cloaca, cruza a extremidade oeste do logradouro, no sentido sudeste-noroeste, de acordo com os alinhamentos da cidade romana, provavelmente estabelecidos na época de Augusto, e que marcaram a malha urbana da cidade até aos dias de hoje, na metade sul do Centro Histórico.

A cloaca tem uma altura média de um metro e quarenta centímetros e uma largura de oitenta e cinco centímetros. O fundo é formado por lajes de dimensão variável; as paredes laterais constituídas por pedra aparelhada e a cobertura por grandes blocos dispostos transversalmente.

O pendor do fundo foi bem calculado de tal modo que as águas pluviais escorriam com rapidez, conforme tivemos oportunidade de observar, ao longo de 1997, após chuvadas com fortes índices de precipitação.

A espaços, abrem-se, lateralmente, a distâncias variáveis, pequenas aberturas quadrangulares (cuja secção varia entre vinte e quarenta centímetros), as quais, drenavam as águas pluviais e domésticas dos edifícios contíguos. A nascente observam-se sete aberturas, das quais a que tem maior calibre é a que fica no extremo norte. A poente oito, sendo que uma destas, no extremo sul é uma conduta de calibre maior, ou seja uma cloaca propriamente dita que deriva de sudoeste<sup>14</sup>. As águas drenadas para estas saídas laterais eram, talvez, conduzidas em caleiros cerâmicos fechados, de secção rectangular. As aberturas situam-se a meio das paredes da cloaca, de modo a evitar regolhos.

Os dados cronológicos disponíveis indicam que esta grande cloaca foi construída na primeira metade do século I. De facto, entre e sob as lajes do fundo, no troço desmontado da cloaca (seis metros), apenas foi registado material da dinastia júlio-claudiana. (Informação de Manuela Delgado e Rui Morais).

A sul, a cloaca prolonga-se por vários metros, mantendo a largura, ainda que diminua a altura. A diminuição da altura da cloaca está em acordo com o nível do pavimento do *decumanus maximus* na zona (cota 194,12). Regista-se uma derivação para nascente, que deverá ser de época posterior, uma vez que está orientada de acordo com o eixo da rua de S. Paulo, rua alterada no séc. XIX.

Um troço da mesma cloaca, menos extenso, mas com características idênticas foi descoberto por Armandino Cunha, numa escavação realizada num prédio da rua Frei Caetano Brandão<sup>15</sup>.

Quando, em 1999, as antigas cloacas medievais da rua Paio Mendes foram substituídas por uma conduta em cimento, pudemos observar nos cortes, que a cloaca romana fora rompida pela da Baixa Idade Média. Conservam-se, pois, troços da cloaca romana para norte em direcção à Frei Caetano Brandão e ao longo da rua da Violinha (se é que já não foi destruída em qualquer obra incontrolada).

De qualquer modo, a cloaca terminaria cerca do Arco da Porta Nova, sendo possível que as águas que drenava se disseminassem pelo Campo das Hortas, topónimo sugestivo, uma vez que a água da cloaca, com elevado teor de matéria orgânica, era favorável à manutenção da fertilidade dos terrenos, que já se situavam fora do perímetro da cidade romana<sup>16</sup>.



#### 2.4.2

##### Estruturas de abastecimento de água

Ao longo da cloaca, no lado leste, foi instalada, talvez numa fase ligeiramente posterior, uma tubagem em material cerâmico, de secção rectangular, com encaixes, que se destinava, provavelmente, a conduzir águas limpas para a zona mais baixa da encosta norte da cidade. De facto, esta tubagem não estava a uma cota suficiente para servir o edifício romano que terá existido no logradouro da Casa Grande. No extremo da área escavada a tubagem inflecte na direcção noroeste, por cima das lajes da cloaca, o que nos leva a admitir que se destinava a abastecer a *insula* situada já a norte do *decumanus* secundário e a oeste do *cardus* sobreposto à cloaca. Esta hipotética *insula* corresponde à área dos prédios leste da antiga Rua Verde, sendo possível que ainda se conservem ruínas sob os alicerces das casas, que fecham o quarteirão a noroeste até à esquina com a Rua Afonso Henriques (o alinhamento desta última rua corresponde, segundo o traçado proposto por Martins e Delgado ao segundo *decumanus* secundário norte, o que já foi confirmado pelas primeiras sondagens efectuadas no edifício da antiga Escola da Sé, da responsabilidade do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, em 1999).

No lado oposto, ou seja a poente, também se registaram indícios de uma tubagem idêntica, mas, infelizmente, mais esparsos e fragmentados. Na metade noroeste foram totalmente obliterados pela escada, que dava para a rua Frei Caetano Brandão, e pelo muro limítrofe do logradouro. Será que esta tubagem assegurava parte do abastecimento de água à *insula* a poente da cloaca? Talvez nunca se possa responder a esta questão.

Quanto ao abastecimento da *insula*, que ocupava o logradouro, era assegurado por tubagens que derivavam directamente do *decumanus maximus* e de que se conservaram alguns elementos.

#### 2.4.3

##### Ruas e pórticos

Sobre a cloaca romana existiu uma rua cujo pavimento original não se conservou. Terá sido revolido numa época que, por ora, desconhecemos. Identificaram-se, em estratos revolvidos (e no muro do logradouro), numerosos elementos desta calçada inicial, que revelam excelente qualidade<sup>17</sup>.

Sobre o nível de preparação conservavam-se restos de um pavimento irregular, medieval, que corresponderia ao troço final da rua Verde. Um testemunho desta rua foi integrado no edifício da Bibliópolis. A rua Verde, tal como se conservou até ao século XIX, obedecia aos alinhamentos do urbanismo romano, embora com uma ligeira inflexão para sudoeste por influência da Porta de S. Sebastião.

A rua, na época romana, teria 7 metros de largura, e era ladeada por dois pórticos, com 3,5 metros de largura, medidos no ponto central dos embasamentos.

O pórtico leste, foi sobreposto pelo referido muro de propriedade medieval, pelo que, o seu alinhamento apenas se infere de alguns elementos reaproveitados, mas que se mantiveram *in situ*, e, sem margens para dúvidas, dos embasamentos do canto nordeste que fechava o quarteirão romano, os quais foram detectados no primeiro semestre de 1997.

Do pórtico do lado oposto (ocidental) conserva-se o canto sudeste, tendo sido detectada uma sequência de embasamentos para pilares, ao todo oito, em diferente estado de conservação, a uma distância regular de 2,5 metros entre si. As bases dos pilares têm uma medida uniforme: 1,10m de comprimento e 0,55m de largura.

Infelizmente, a sequência deste pórtico foi cortada pela abertura da rua Frei Caetano Brandão no séc. XIX.

Conserva-se, também, um canto do edifício, que se estendia para oeste, e sobre o qual nada sabemos e, provavelmente, nunca se apurará nada, pois foi destruído por aquela rua e pelos prédios dos anos cinquenta que a ladeiam.

Do pórtico do lado oposto, conservam-se quatro embasamentos *in situ*, dos quais dois foram integrados no muro medieval de limite do logradouro. Conservou-se, também, o canto norte deste pórtico.

Finalmente, foi possível, registar, alinhado com o pórtico referido no parágrafo anterior, o primeiro dos embasamentos do pórtico do *decumanus* secundário, situado a norte.

Entre os dois cantos da *insula* regista-se uma distância de cerca de 35,5 metros (1 *actus*), semelhante à observada na *insula* das Carvalheiras.

Estes dados vieram confirmar a hipótese adiantada em 1987 por Manuela Martins e Manuela Delgado, no número 6-7 da *Revista Cadernos de Arqueologia*, confirmando que a modulação urbanística de *Bracara Augusta* obedeceu a uma matriz ortogonal.

Assim, no nosso país, confirma-se pela primeira vez<sup>18</sup>, através do estudo arqueológico de *Bracara Augusta*, o planeamento urbanístico ortogonal das cidades romanas, pelo menos as de estatuto superior e, em particular, as fundadas por Augusto.

A descoberta da cloaca e dos embasamentos dos pilares permite uma reconstituição do pórtico, tanto mais que, embora fora de sítio, foram descobertas bases, fustes de coluna e um fragmento de capitel, actualmente recolhidos na área vedada do Alto da Cidade.

Os alinhamentos dos cantos dos edifícios e dos pórticos permitiram definir uma unidade habitacional e, pelo menos quatro ruas: dois *cardi* (sentido sudeste-noroeste) e dois *decumani* (sentido leste-oeste).

O *cardo* dirigia-se para noroeste em direcção ao Arco da Porta Nova. Aliás, a pequena rua, que hoje desemboca na Praça Velha, a chamada rua das Violinhas, conserva o alinhamento romano, e é uma última sobrevivência da rua que cruzava o extremo oeste do logradouro da Casa Grande.

O *cardus* paralelo, a nascente, corresponde à rua de Santo António das Travessas, que manteve a orientação romana, preservando a malha clássica. Mais para norte a rua Gualdim Pais prolonga o mesmo eixo.

Os embasamentos permitiram, também, estabelecer o traçado de dois *decumani* (arruamentos no sentido oeste-leste).

Um deles, o principal, prolongava para norte a rua de S. Sebastião, cruzava em diagonal o largo de S. Paulo e dirigia-se em direcção ao Largo Amarante, onde ficava a porta que se abria para *Aquae Flaviae* e onde se localizaram sepulturas do Alto Império (Martins e Delgado 1989-1990, 141-186).

O outro *decumanus*, implantado ao longo da vertente sul da cidade de *Bracara Augusta*, já foi identificado em pelos menos três locais:

- nas traseiras do edifício da EDP (antiga rua do Matadouro), quando ocorreram uns desaterros que não tiveram o acompanhamento rigoroso que se justificava (foi apenas observado e fotografado);
- no limite sul do logradouro do Albergue, em 1997 pelo conjunto de embasamento já referidos, embora tenha desaparecido o pavimento da rua;
- nas sondagens efectuadas no interior da Cerca do Seminário de Santiago, encontrámos o prolongamento desta rua romana; também neste caso, o pavimento se manteve, embora com características diferentes e datável do Baixo-Império.

Curiosamente, enquanto que na zona do ex-Albergue o pórtico está do lado sul, na Cerca do Seminário situa-se no lado oposto, a norte. Todavia, é de notar, que são pórticos de cronologia distinta (um do Alto, outro do Baixo-Império).

#### 2.4.4

##### *A insula*

Quanto ao edifício romano que se estendia para leste do *cardus* identificado, os elementos para uma reconstituição arquitectónica são escassos.

Não se conservaram traços de pavimentos, salvo junto à rua de S. Paulo.

Embora o material relacionado com a primeira fase da cidade de *Bracara Augusta* seja abundante, congregando materiais importados (*terra sigillata* itálica, paredes finas) e locais (cerâmica indígena e dois moldes de sítula idênticos ao que foi recolhido na escavação dos terrenos adjacentes ao Museu de D. Diogo de Sousa (Martins 1988), os vestígios conservados da época de Augusto limitam-se, em nosso entender, às infra-estruturas urbanas: construção da cloaca, embasamentos dos pórticos e delimitação da *insula*. Estas infra-estruturas, pela sua solidez, perduraram e foram mantidas ao longo do Império e mesmo até à actualidade, conforme já observámos (caso da *cloaca*). Desconhecemos, em absoluto, que tipo de edifício teria existido nesse tempo, na área do logradouro.

Do período flávio conservam-se alguns fragmentos de muros, com aparelho e fundações muito semelhantes aos identificados nas Termas Romanas do Alto da Cidade e na *Insula* das Carvalheiras, atribuídos à segunda metade do século I d.C. Estão reduzidos a uma, ou duas fiadas, e muito fragmentados.

É provável que tenham sido demolidos no Baixo Império, aquando da construção do novo edifício de que é possível apontar algumas características. Seria, talvez, uma unidade habitacional-comercial. A entrada para esta *insula* fazia-se pelo *cardus* a oeste, onde se observam restos de um átrio. Não é possível recuperar a arquitectura do restante espaço interior, uma vez que eventuais estruturas que se tenham conservado, sob o edifício da Casa Grande, não foram estudadas no momento oportuno. De facto, o restauro incompleto realizado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais não teve qualquer acompanhamento pelos Serviços Regionais de Arqueologia. Porém, a norte, ladeando o *decumanus maximus* conservaram-se uma série de *tabernae*, detectadas na campanha de 1997. Pelo menos um dos compartimentos exumados, neste ponto, era, seguramente, uma *taberna*, pois que foram encontrados indícios muito esclarecedores, em especial uma placa de mármore, que integrava um *termopolis*. Foi, também, recolhida, intacta e disposta, longitudinalmente, sobre o subsolo uma ânfora do Baixo Império de fabrico local e de tipo Beltrán 72, destinada a conservar *garum* (Morais 1998). As fundações e os alicerces do Baixo Império são muito característicos e foram já registados em diversos locais de *Bracara Augusta*. Os alicerces eram largos, com pedra miúda bem acamada a servir de suporte às primeiras fiadas, onde se notam pedras de travamento lateral que sobressaem ligeiramente. Os muros eram edificados em *opus incertum*.

### 3

## Considerações finais

Muitas outras deduções e conclusões se poderiam extrair e obter do estudo pormenorizado da planta das ruínas exumadas no logradouro da Antiga Casa Grande das Travessas, e da análise comparada com a *insula* das Carvalheiras.

Entendemos que tal análise comparativa deverá ser matéria de um texto específico.

Entretanto, sublinhamos as principais e provisórias conclusões do estudo realizado no logradouro.

Como se pode verificar, mesmo numa área de subsolo revolvido como o do logradouro da Casa Grande foi possível extrair dados importantes para o conhecimento do urbanismo da cidade. Mas, foram necessários mais de 36 meses de trabalho contínuo, 365 dias por ano (incluindo muitos sábados e alguns feriados, bem como horas extraordinárias).

Lamentamos que idêntico procedimento não tenha sido levado a cabo no prédio poente do Largo de S. Paulo. A informação, perdida na vasta área ocupada pelas caves do prédio, seria de extrema relevância para complementar a reconstituição de *Bracara Augusta*, na zona adjacente a um tramo do *decamanus maximus*.

Na verdade, a Arqueologia Urbana exige prazos dilatados de intervenção.

No logradouro da Casa Grande, identificou-se um eixo da cidade romana (*cardus*) e comprovou-se a regularidade da malha urbana.

Verificámos, que os alinhamentos estabelecidos no Alto Império perduraram ao longo de quase mil e duzentos anos, com um rigor quase matemático. As construções do Baixo Império e da Idade Média (séculos XI?-XIII) revelam que os eixos iniciais se mantiveram. Os muros medievais, embora tivessem fechado os pórticos, ou o que deles restava, obedeceram à malha inicial. O muro limite sul do logradouro ainda manteve a orientação da rua romana leste-oeste até 1880.

Só no século XIX, a abertura da rua de Frei Caetano Brandão, perpendicular à Rua do Souto, o eixo dominante da Baixa Idade Média, marcou com mais força a orientação da Baixa-Idade Média, que se contrapõe ao alinhamento romano dos limites do Largo Paulo Orósio.

Mesmo assim, a malha estabelecida na época de Augusto ainda sobrevive na orientação da maioria das ruas do Centro Histórico, no alinhamento das fachadas e em muros de delimitação de propriedade.

Esperemos que as entidades da tutela, IPA e IPPAR, facultem os meios financeiros necessários para a preparação da monografia que, como vimos, este espaço justifica.

## Bibliografia

- DIAS, G. J. Amadeu Coelho (1982) – Uma relíquia epigráfica dos judeus de Braga, *Mínia*, 6, pp. 38-56.
- MARTINS, Manuela (1988) – Moldes de sítula com decoração geométrica encontrados em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 23-33.
- MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela (1989/1990) – História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6-7, pp. 11-39.
- (1989/1990) – As necrópoles de *Bracara Augusta* A. Os dados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6-7, pp. 41-186.
- MORAIS, Rui (1998) – As ânforas da zona das Carvalheiras, *Cadernos de Arqueologia*, Monografias, 8, Braga, p. 105.
- VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de (1993) – A Casa Grande da Rua de Santo António das Travessas, *Forum*, 12-13, pp. 17-42.

## Notas

<sup>1</sup> Esta porta foi desmontada pela DGEMN nos anos 80 e manteve-se no logradouro entre um aglomerado de pedra de boa qualidade. No âmbito do projecto Bibliopolis foi recuperada. Os elementos que a formavam estiveram recolhidos na área vedada do Alto da Cividade. Depois, na fase final da obra foi restaurada e integrada numa das salas do piso térreo, embora não no local original. O restauro foi executado por uma equipa do Museu de D. Diogo de Sousa. Sobre a inscrição, ver Dias, 1982, pp. 38-56.

<sup>2</sup> Maria Emília Barbosa Falcão Azevedo e Bourbon e seu marido Augusto de Castro Sampaio Côrte-Real (Vasconcelos 1993, 28).

<sup>3</sup> Deste modo, parte do acervo do Museu, designadamente espólio arqueológico pétreo foi guardado no piso térreo da Casa Grande.

<sup>4</sup> Esta conclusão foi ditada após uma visita à Casa Grande pelo conjunto dos elementos que formavam a Comissão Instaladora (Manuela Delgado; Emília Teixeira do Amaral; Adília Alarcão e Francisco Sande Lemos). Na sequência da visita considerámos nesecário mandar realizar uma cobertura fotográfica exaustiva do edifício, o que se revelou como uma decisão de grande oportunidade face aos acontecimentos posteriores (a derrocada do

imóvel). Esta cobertura fotográfica, único documento sobre o interior da Casa Grande, ao que se saiba, faz parte do Arquivo do Museu de D. Diogo de Sousa. Esperamos que um dia seja integralmente publicado.

<sup>5</sup> Quando visitei o imóvel, em conjunto com outros membros da Comissão Instaladora do Museu de D. Diogo, nomeada por despacho do Secretário de Estado da Cultura (Vasco Pulido Valente) (Governo de Francisco Sá Carneiro), a Casa Grande estava em relativo bom estado. Numa parte do edifício vivia um agente da polícia e sua família, o que favoreceu a sua conservação. Conservavam-se portas e portadas de madeira, tectos em castanho, alguns pintados, e o logradouro era usado como horta e pomar, ou seja a função secular já registada no mapa de Georg Braun.

<sup>6</sup> Da fase inicial da obra ainda foram feitos registos fotográficos e desenhos de elementos arquitectónicos que se encontravam escondidos sob os rebocos, por nossa iniciativa. As fotografias estão no Museu de D. Diogo de Sousa. Os originais dos desenhos deveriam estar no arquivo da Delegação Regional do Norte do IPPAR (Porto). De qualquer modo, há cópias na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

<sup>7</sup> Não podemos deixar de lamentar a passividade do Serviço Regional de Arqueologia.

<sup>8</sup> Estas sondagens preliminares foram realizadas sob a direcção de Alexandra Gaspar, arqueóloga, na altura colaboradora da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

<sup>9</sup> Já após o parecer do IPPAR, o Instituto Português do Livro considerou como indispensável a abertura de uma garagem o que implicava a desmontagem de seis metros de cloaca. Na sequência de uma reunião efectuada na Universidade do Minho o pedido do IPL foi aceite.

<sup>10</sup> A área do logradouro mais a área da vivenda demolida somam cerca de 1047 m<sup>2</sup>. Pode-se, assim, dizer que foi escavada cerca de 70 % da área afectada, se tivermos em conta que numa pequena área a leste da referida vivenda o subsolo não foi removido.

<sup>11</sup> A publicação das monografias não depende, exclusivamente, da vontade do orientador dos trabalhos. É necessário reunir uma equipa de especialistas nos diversos tipos de materiais, dispor de desenhadores suficientes. Para tudo isto é preciso dinheiro. Ora o estudo de *Bracara Augusta*, apesar da sua dimensão e interesse europeu é um projecto, cronicamente, subfinanciado.

<sup>12</sup> O desmonte foi directamente acompanhado pelo autor deste artigo, mas limitou-se, na verdade, ao tramo poente. O tramo sul foi demolido pelo construtor à revelia dos arqueólogos, num Sábado, sem qualquer aviso. De qualquer maneira o tramo poente do muro era o mais extenso e alto. Foi, praticamente, todo ele construído com material romano, o que explica os grandes revolvimentos que afectaram o subsolo do logradouro.

<sup>13</sup> Esta pequena alteração dos contornos do logradouro está assinalada em planta.

<sup>14</sup> Pelo que podemos observar em 1998, durante o acompanhamento da fase final da obra de construção da Bibliopolis, esta cloaca ainda se conserva sob o pavimento da rua de S. Paulo. Pela sua direcção deriva do subsolo do Largo Paulo Orósio, sendo estranho que não tenha sido detectada no acompanhamento da instalação da rede de Gás Natural, que neste ponto foi realizado pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga. Todavia uma vez que a abertura para os tubos de gás é pouco profunda, pode admitir-se que ainda se conserva sob o pavimento, entranhada na rocha, tal como a cloaca maior no logradouro da Casa Grande.

<sup>15</sup> Este troço de cloaca foi conservado *in situ*, embora não seja observável.

<sup>16</sup> A relação entre o significado do topónimo e o extremo do cloaca foi sugerida por um assistente da conferência, o Dr. José Tarroso Gomes.

<sup>17</sup> Os elementos de calçada foram recolhidos e transportados para o terreno vedado da colina do Alto da Cividade.


<sup>18</sup> A primeira *insula* a ser definida foi a das Carvalheiras na zona noroeste de *Bracara Augusta*.





Fig. 1 - Localização do logradouro.



Fig. 2 - Antiga rua Verde  tal como existia antes de ser aberta a rua Frei Caetano Brandão (mapa de fundo 1883-1884).

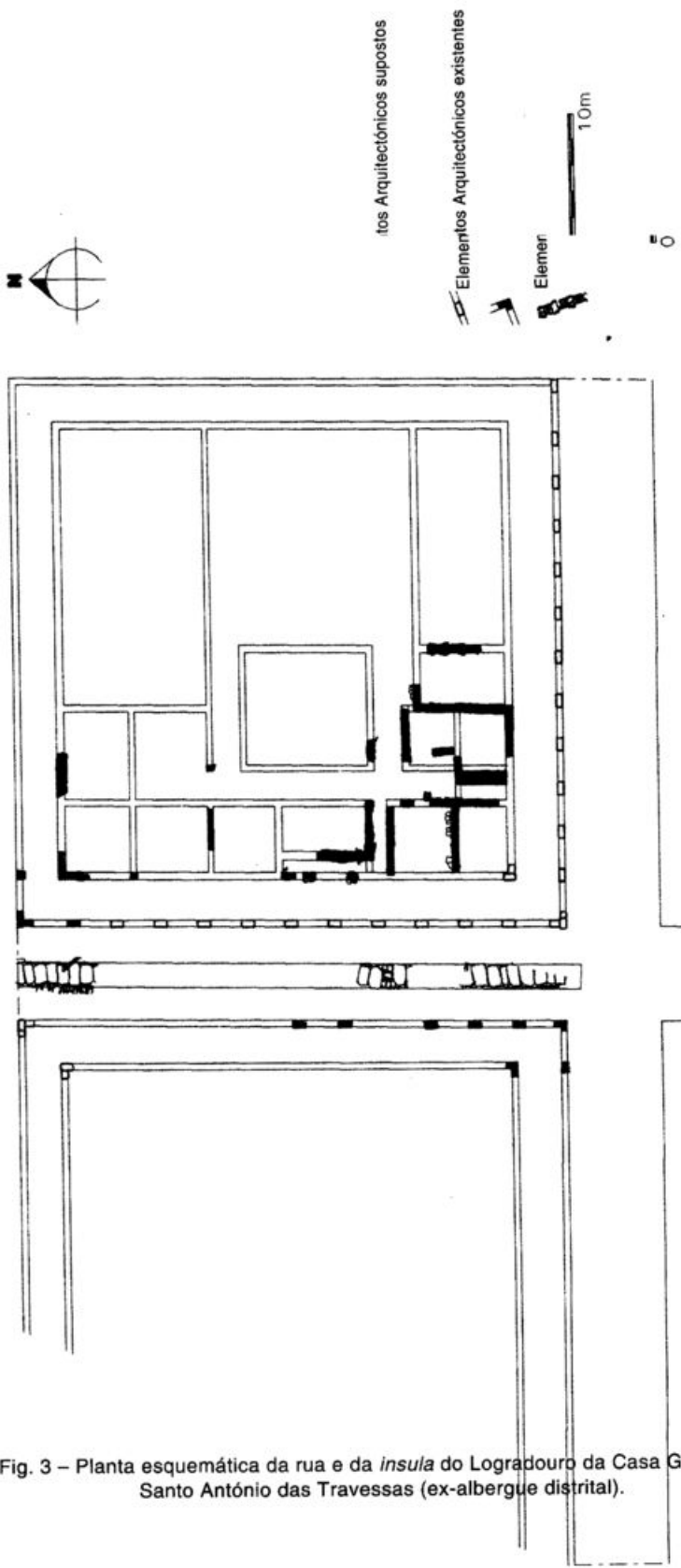


Fig. 3 – Planta esquemática da rua e da *insula* do Logradouro da Casa G Santo António das Travessas (ex-albergue distrital).

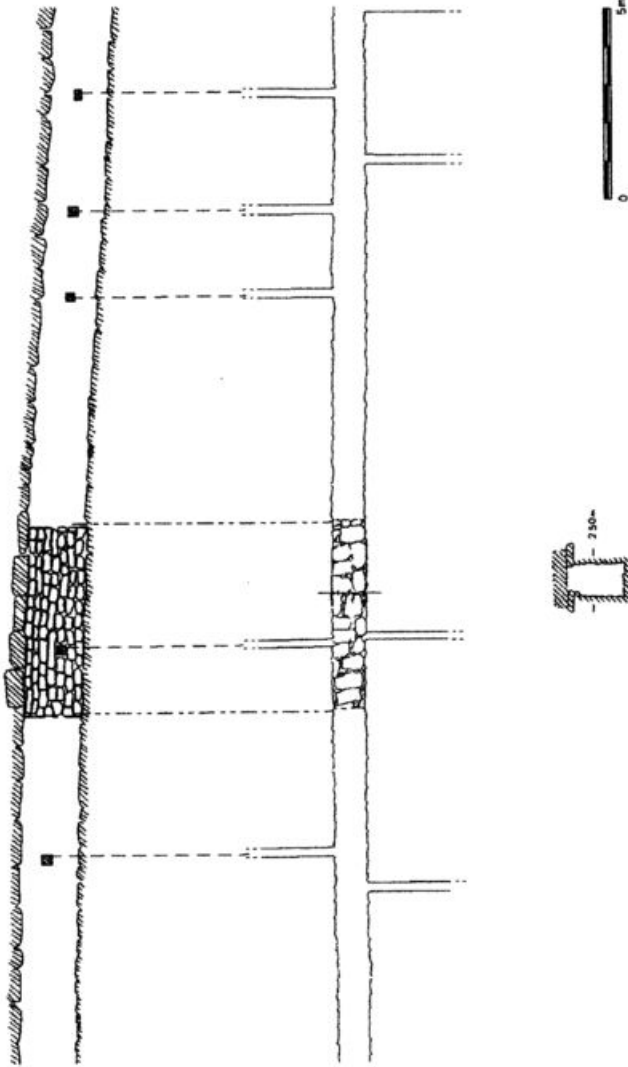


Fig. 4 – Panta e alçado parcelar da cloaca.



Fig. 5a – Embasamentos do pórtico e cumhal do edifício, existente a leste do *cardus*.



Fig. 5b – Pormenor do cumhal do edifício situado a leste do *cardus*.



Fig. 6a – Cunhal e alicerces do canto noroeste da *insula*.



Fig. 6b – Pormenor do mesmo cunhal, notando-se em 2.º plano um bloco do pórtico que ladeava a *insula* a norte.



Fig. 7a – Aspecto exterior da cloaca, antes da desmontagem.



Fig. 7b – Vista geral da cloaca depois de retirada a cobertura, observando-se em segundo plano os alicerces do muro limítrofe do logradouro, erguido em 1880.



Fig. 8a – Paredes e fundo da cloaca. Perspectiva sul/norte.



Fig. 8b – Pormenor do interior da cloaca, observando-se dois grandes blocos situados no alinhamento do porticado do *decumanus* secundário identificado no extremo norte do logradouro da Casa Grande.